

# ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: REPERCUSSÕES DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

**Cristiane Lazzeri**

Universidade Federal de Santa Maria/UFSM  
crislazzeri@yahoo.com.br

**Resumo:** Esta pesquisa anseia discutir as repercussões da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) no sistema de ensino municipal de Santa Maria/RS para os alunos com autismo e psicose. Nas escolas do município, não existem mais classes especiais, estas foram extintas em conformidade com a nova política. Esses alunos estão incluídos nas salas de aula regulares e recebendo o atendimento educacional especializado como suporte à escolarização. Porém, nem todos os alunos conseguiram se adequar às novas formulações do sistema municipal, alguns foram remanejados para as escolas do estado.

**Palavras-chave:** políticas educacionais, autismo e psicose, AEE.

As questões que motivaram a atual pesquisa emergiram dos questionamentos sobre o objetivo e a permanência dos alunos com autismo e psicose no sistema regular de ensino, bem como das indagações e angústias apresentadas pelos professores e profissionais da educação. É possível perceber que o contexto educacional brasileiro vive um descompasso entre as políticas educacionais e a ação nas escolas.

Alicerçada na premissa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), proponho a investigação das repercussões dessa política no sistema de ensino municipal de Santa Maria/RS para os alunos com autismo e psicose. Os sujeitos de pesquisa foram: o Coordenador da Educação Especial no município de Santa Maria, e seis educadoras especiais das escolas participantes da pesquisa. A escolha das escolas se deu pelo fato de possuírem alunos com autismo e/ou psicose matriculados no ensino fundamental.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) traz uma significativa alteração no entendimento da educação especial no sistema educacional brasileiro. A partir dessa política, a educação especial acontece de modo transversal. Nessa perspectiva, passa a constituir um sistema de apoio às demais modalidades de ensino, realizando o AEE (atendimento educacional especializado). Com base nessas orientações, todas as classes especiais das escolas do município de Santa Maria foram fechadas.

Porém, medidas extremas podem ter efeitos inesperados e/ou indesejados. Com a extinção das classes especiais, os alunos foram remanejados para o ensino regular. Mas, será que todos os alunos estavam preparados para o ensino em classes regulares? Essa questão pode ser respondida através da alocação do coordenador da educação especial no município, quando este admite que nem todos os alunos foram incluídos. Os alunos que não estavam em condições de enfrentar o ensino em classe regular foram encaminhados para as classes especiais

das escolas estaduais. Nesse sentido, Kupfer (2001) afirma que os atendimentos especializados podem servir como uma ponte para o ensino regular. Os alunos poderiam passar por esses espaços como forma de adaptação para o enfrentamento da classe regular de ensino.

Os alunos com autismo ou psicose que permaneceram no ensino fundamental nas escolas do município estão incluídos e recebendo o AEE, conforme previsto na política de educação inclusiva. Entretanto, a realização do AEE não garante a permanência desse aluno em sala de aula, como é possível perceber na fala do entrevistado: *Tenho somente o D com autismo. Como ele não costuma ficar muito tempo em sala de aula regular foi organizado a ele três dias da semana para o atendimento com educadora especial.*

Logo, fica claro que alguns alunos não estão preparados para encarar o dia a dia das salas de aula em modo integral. Para tanto, o AEE vem sendo aproveitado para além dos objetivos pedagógicos, serve como uma estratégia, um momento de reorganização que abre espaço para as vicissitudes desses sujeitos.

As políticas educacionais precisam levar em conta as necessidades dos indivíduos a qual é destinada. Desse modo, as adaptações realizadas de acordo com as peculiaridades das situações vividas passam a fazer parte do contexto de cada espaço.

Para o atendimento dos alunos em questão, foram feitas modificações na estrutura do AEE que permitiram a permanência desses alunos no ensino regular. O atendimento realizado no mesmo turno, mesmo que em horários reduzidos, tem alcançado um papel relevante, compondo um espaço intermediário, ou seja, uma ponte para a travessia até o momento em que o aluno esteja preparado para permanecer em aula na totalidade das horas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

KUPFER, M. C. M. **Educação para o futuro**. São Paulo: ed. Escuta, 2001.